

Dilma decidirá se projeto para mídia será enviado à Câmara

- André Borges | De Brasília - 09/11/2010

O governo quer finalizar até dezembro um anteprojeto de lei que estabelece uma nova regulação para o setor de comunicação do país. O documento, que está em fase de discussão no governo, poderá incluir a proposta de criação de uma nova agência que seja responsável pela fiscalização do conteúdo informativo gerado por empresas de mídia. Essa fiscalização, no entanto, diz Franklin Martins, ministro-chefe da Comunicação Social do governo, não tem qualquer tipo de relação com a censura a informações, mas sim com a proposta de se fazer cumprir exigências atreladas à proteção das culturas nacional e regional, à neutralidade e ao estímulo à competição.

No centro do debate instigado pelo governo está ainda a tentativa de equacionar a queda de braços entre radiodifusores e empresas de telefonia. "Estamos vivendo uma etapa de convergência de mídia que vai dissolvendo paulatinamente e de forma acelerada fronteiras entre radiodifusão e telecomunicações na questão de oferta de conteúdo", disse o ministro, durante encontro com jornalistas realizado ontem. "A radiodifusão faturou no ano passado R\$ 13 bilhões. As telecomunicações faturaram R\$ 180 bilhões. Se não tiver uma nova pactuação, não é preciso ser nenhum gênio da raça para saber que, se prevalece só o mercado, o mais forte ganha."

Essas polêmicas vão dominar o "Seminário Internacional das Comunicações Eletrônicas e Convergência de Mídia", evento que acontece hoje e amanhã, em Brasília, promovido pelo governo, e que vai receber 300 convidados, entre representantes de governos, empresários do setor e palestrantes internacionais. Segundo Franklin, o objetivo é "qualificar o debate público" sobre o tema. "Mais além do discurso e do preconceito, todo mundo sabe que é necessário fazer a regulação no ambiente de convergência de mídias, porque a nossa legislação é absolutamente ultrapassada", disse. "Ou a gente olha para frente e regula para frente, ou a gente olha para trás e a jamanta das telecomunicações passa por cima da radiodifusão."

Questionado sobre os projetos de criação de conselhos tocados por alguns Estados para fiscalizar o trabalho da imprensa, o ministro afirmou que o país vive um regime de absoluta liberdade e que não há nenhuma ameaça à democracia. "O que é conselho de comunicação? Se isso for para censurar a imprensa eu sou radicalmente contra. Agora, eu não acho que a imprensa está acima da crítica. Todos nós melhoramos com as críticas, isso vale para tudo. Se os conselhos são para discutir a mídia, debater e trazer propostas, qual é o problema?", comentou.

Franklin afirmou que a liberdade de imprensa não está sob ameaça no país e que basta abrir os jornais e acompanhar a cobertura para ver como o governo foi "espinafado por quem quer e bem entende, com muito mais críticas que elogios."

Pela proposta do governo, a indústria da comunicação precisa passar por uma situação similar à que viveu o setor de energia, que ganhou uma nova regulação durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Eu acho que hoje as comunicações jogam um papel semelhante ao da energia. É necessário um marco regulatório que dê segurança aos agentes econômicos, continuidade de competição, inovação e promova oferta de informação e conhecimento."

O anteprojeto de lei, comentou o ministro, deverá ser posteriormente encaminhado à presidente eleita Dilma Rousseff, que decidirá por enviá-lo ou não à votação no Congresso. Durante a campanha eleitoral, a presidente eleita defendeu a regulação da mídia exatamente nos termos propostos pelo ministro da Secom. "A presidente eleita tem todo o direito de julgar o que é mais conveniente para o país. O que o presidente Lula queria era deixar um ponto de partida para o novo presidente", disse.

Mídia: Franklin Martins reitera disposição de deixar um projeto de marco regulatório para o setor

Para Unesco, teles e radiodifusão devem ter uma única agência

Sergio Leo | De Brasília

10/11/2010

Antonio Cruz/ABr



Ministro Franklin Martins: "Se não houver regulação, a radiodifusão será atropelada pelas telecomunicações" O Brasil deveria concentrar a fiscalização e regulação dos setores de radiodifusão e de telecomunicações em uma só agência, e tirar do Congresso o poder de deliberar sobre concessões de rádio e televisão, sugeriram especialistas da Unesco, o órgão das Nações Unidas para cultura e educação, durante o seminário sobre "comunicações eletrônicas e convergências de mídias", promovido pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Ao abrir o debate, o ministro Franklin Martins, reiterou a disposição de deixar, ao próximo governo, um projeto de marco regulatório para o setor de comunicações.

"Se não houver regulação, criação de mecanismos que entendam a importância da radiodifusão e sua importância social no país, ela será atropelada pelas telecomunicações", disse Martins, ao defender a nova regulamentação como uma decorrência inevitável da convergência de tecnologias digitais de transmissão de dados, sons e imagens. "Será atropelada por uma jamanta", enfatizou, comparando o tamanho do setor de telecomunicações, que faturou cerca de R\$ 180 bilhões no ano passado, com o de radiodifusão, que calcula ter faturado em R\$. 13 bilhões.

Franklin criticou a falta de regulamentação em artigos constitucionais sobre pontos como exigência de conteúdo local, e ironizou a falta de transparência da legislação, que permite a senadores e deputados manter canais de TV apesar de proibidos pela Constituição. Os representantes da Unesco no seminário fizeram, de maneira mais branda, críticas semelhantes. Martins disse acreditar que a futura presidente, Dilma Rousseff, deverá reabrir a discussão sobre o tema, a partir do anteprojeto que receberá.

No encontro, especialistas europeus relataram a experiência com mecanismos de controle de conteúdo e regulação dos mercados de telefonia e comunicação audiovisual na União Europeia e os casos particulares de Portugal e Espanha. O presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) de Portugal, José Alberto de Azeredo Lopes citou, entre os principais casos de intervenção no mercado, a sanção à revista "Focus" por uma matéria preconceituosa contra a mulher brasileira, e a proibição do maior grupo de mídia impressa local, o Ongoing, de comprar parte da Media Capital, usando, entre as razões, o risco de redução do mercado de trabalho dos jornalistas.

Mesmo no caso de sanções por conteúdo improprio, o regulador só age "a posteriori", nunca censura material previamente, ressaltou Azeredo. Também o diretor da Unesco Wijayananda Jayaweera afirmou que em nenhuma hipótese se considera aceitável que organizações da sociedade civil intervenham diretamente na linha editorial das publicações jornalísticas, ou na independência editorial, como temem as empresas com base em pronunciamentos de organizações não governamentais no Brasil. É praticamente consenso entre os especialistas -e nas regulações dos países - a obrigação, para os veículos audiovisuais, de garantir pluralidade de manifestações culturais, espaço mínimo para produção independente e a local.

O consultor da Unesco Toby Mendel, da ONG Centro de Direito e Democracia, apresentou estudo da Unesco sobre o setor audiovisual no Brasil e defendeu regras para garantir não só a liberdade de produção de conteúdo na mídia, mas liberdade de obter informações diferenciadas, o que exigiria atuação do estado sobre o mercado.

O melhor sistema de regulação de conteúdo seria algo na linha adotada na Austrália, em que o agente regulador estabeleceu prazos para que o setor privado criasse um mecanismo de auto-regulação, e interveio somente quando os mecanismos sugeridos pareceram insuficientes para garantir princípios básicos, sugeriu ele.

Franklin Martins, após defender enfaticamente a liberdade de imprensa, fez um pedido, para que se deixassem de lado os "fantasmas" e preconceitos que, segundo acredita, impedem o debate do tema. Foi ouvido com desconfiança por representantes do setor privado. "Muito do que se disse sobre conteúdo de mídia para a Europa é semelhante ao que temos aqui, sobre tabaco, proteção às crianças", comentou o diretor-geral da Abert, a associação das emissoras de rádio e TV, Luis Alberto Antonik. "mas temos efetivamente muitos fantasmas, que decorrem de propostas como no Ceará, onde falam em dar 'orientação' à imprensa local". O diretor da Associação Nacional dos Jornais Pedro Tonet levantou dúvidas sobre a necessidade do novo marco regulatório e disse ver "setores da sociedade" tentando "tirar fantasmas do sótão, para atacar a liberdade de expressão". Ele disse não acreditar em mudanças para censurar a liberdade de imprensa, porém. "Essa ideia de controlar conteúdo não se materializará, não tem amparo na Constituição", argumenta.

"É o Congresso que decidirá regulação", diz

Franklin - Sergio Leo | De Brasília - 11/11/2010

O governo brasileiro não fará censura sobre os meios de comunicação, e não tem prazo para concluir o projeto de regulação dos meios de comunicação eletrônicos, disse o ministro de Comunicação Social, Franklin Martins, que indicou, porém, a possibilidade de que o projeto inclua medidas de controle de conteúdo semelhantes às existentes em outros países. "Quando se regula conteúdo, como na maioria deles, ninguém acha que é censura", comentou, ao encerrar, ontem o seminário de Comunicações Eletrônicas e Convergência de Mídias, promovido pelo governo com especialistas internacionais.

"Ninguém está falando de regulação a priori, não pode botar isso, não vai ter dona Solange", discursou Franklin Martins, citando a ex-diretora do departamento de Censura no início da década de 80, Solange Hernandez. Não tem lá dona Solange dizendo vai fazer isso ou aquilo. As obrigações de conteúdo fazem parte dos contratos de concessões públicas para radiodifusão, lembrou Martins. "Geralmente elas se referem a questões absolutamente gerais, como proteção da língua, da cultura nacional, das culturas regionais, equilíbrio, imparcialidade, proteção de menores", listou, fazendo referências a pontos das legislações de regulação europeias citados por participantes do seminário.

O ministro negou que o governo já pretenda impor a nova regulação, mesmo com a oposição de interessados no tema. Ele garantiu que o anteprojeto em elaboração no ministério ainda não está pronto, e ainda passará pelo crivo da presidente eleita, Dilma Rousseff, que o levará à consulta pública, para eventuais modificações e envio à decisão do Congresso. "O Congresso é onde será votado e aprovado o projeto; a discussão amadurecerá com o debate, e isso é parte do processo", afirmou. "O texto final é o que o Congresso vai aprovar um dia não é o que sairá um dia do governo."

Franklin Martins comentou que o seminário mostrou que "é muito complexa" a regulação da convergência da radiodifusão com os serviços de telecomunicações, com a digitalização de dados, imagens e voz, e que os países ainda não chegaram a um modelo definitivo. "Não é simples, não existe um modelito que se aplique a todos os cantos", insistiu, pouco antes de comentar que não se pensa em adotar nenhum dos modelos detalhados durante o seminário. "É necessário estudar, aprender modelos diferentes e estudar a realidade a história de cada país; o ambiente político de cada país deve ser levado em conta."

Franklin Martins, baseado nas palestras de especialistas, ex-reguladores e dirigentes de órgãos de regulação dos EUA, da Europa e da Unesco, defendeu, porém, a adoção de "princípios gerais" que, na opinião dele, "devem nortear qualquer trabalho de regulação". Entre esses princípios citou o estímulo à concorrência e à competição, estímulo à inovação, respeito aos direitos do cidadão e dos usuários, respeito à privacidade das pessoas,

proteção dos menores, proteção á cultura nacional, às culturas regionais e à produção independente. "São coisas genéricas, mas como falou nossa colega americana são certos valores que devem presidir esforço de regulação."

A "colega americana", a pesquisadora da Universidade John Hopkins, Susan Ness, ex-dirigente do FCC, o órgão regulador americano, apresentou o modelo menos intervencionista de todos mostrados durante o seminário. Os EUA limitam as exigências de conteúdo a proibição de obscenidade e erotismo apenas nos serviços abertos de rádio e TV, exigem oferta de canais para minorias e grupos locais e se abstêm de aplicar regras muito rígidas a transmissões em tecnologias inovadoras ainda sem escala de mercado. Já, na Grã-Bretanha, como informou o diretor internacional do britânico Office of Communications (Ofcom), Vincent Affleck, o modelo de regulação inclui até mecanismos de queixas para os usuários e sanções às companhias em casos de transmissões de rádio ou TV que não seguirem critérios de "imparcialidade".

Em um ponto coincidiram todos os palestrantes no seminário encerrado ontem: tanto o estabelecimento de medidas quanto sua aplicação costumam gerar grande número de questionamentos judiciais. Nos EUA, segundo Susan Ness, esses questionamentos vem obrigando o governo a rever todo o sistema de regulação.

<http://valoreconomico.com.br/impreso/politica/100/333865/dilma-decidira-se-projeto-para-midia-sera-enviado-a-camara>

<http://valoreconomico.com.br/impreso/ongoing/52553/334459/para-unesco-teles-e-radiodifusao-devem-ter-uma-unica-agencia>

<http://valoreconomico.com.br/impreso/politica/100/335243/e-o-congresso-que-decidira-regulacao-diz-franklin>